

Avaliação do Pronaf, grupo “B”, em Minas Gerais

Ana Bárbara Cardoso de Alvarenga¹
Fátima Marília Andrade de Carvalho²

Resumo: Este estudo trata da análise de uma das linhas de crédito do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (o Pronaf "B"), no Município de Porteirinha, MG, como instrumento de desenvolvimento socioeconômico do público beneficiário. Nele são analisadas tanto a evolução dos indicadores econômicos e sociais como a dos efeitos indiretos do programa, além da capacidade de pagamento do crédito obtido. Os resultados mostram pequenos acréscimos de produtividade na pecuária leiteira, na avicultura e na suinocultura; atividades essas diretamente beneficiadas pelo microcrédito do Pronaf "B". Constatou-se que, entre 2000 e 2004, em todas as três atividades que receberam crédito – pecuária leiteira, suinocultura e avicultura –, houve elevação da relação Margem Líquida Média Auferida e Crédito Médio Obtido: entre 2000 e 2004, tendência importante para as perspectivas de manutenção e de ampliação do referido programa.

Palavras-chave: avaliação do Pronaf, crédito, agricultura familiar e indicadores econômicos e sociais.

Introdução

Nas décadas de 1960 e de 1970, além de outras medidas de apoio que objetivavam a modernização do setor o governo federal direcionou grande volume de recursos para a agricultura, principalmente por meio do crédito rural.

Assim, ao consolidar o Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI) a atividade agropecuária passou por um processo de mudança em sua base técnica, tornando-se menos dependente da terra e da força de trabalho, e articulando-se mais com a indústria produtora de insumos e de bens de capital (DELGADO, 1985).

Na década de 1980, em decorrência do agravamento da crise da dívida externa e das condições fiscais e financeiras do Estado (DIAS;

AMARAL, 1999) foi implantado um conjunto de reformas estruturais na economia brasileira. As políticas de ajuste macroeconômico levaram à redução do volume de crédito, bem como à indexação das taxas de juros nominais à inflação. Tais mudanças na política agrícola faziam parte de um conjunto de medidas de controle do déficit fiscal e da geração de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos.

A principal mudança no crédito rural foi aquela relacionada às fontes de recursos, em razão do esgotamento dos mecanismos tradicionais de financiamento, os quais se apoiavam, pesadamente, nos recursos do Tesouro, o que obrigou o governo a buscar fontes alternativas.

A partir de 1988, ocorreram novas mudanças na política agrícola, dentre as quais a

¹ Mestre em Economia Aplicada. Professora da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira. anabarabaraa@yahoo.com.br.

² Doutora em Economia Agrária. Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. fmac@ufv.br.

aprovação da criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional cuja finalidade era assegurar recursos para o financiamento das atividades produtivas das regiões menos desenvolvidas do País (BUANAIN, 1997).

No início dos anos 1990, o combate à inflação foi uma das principais justificativas para a realização de reformas, as quais tinham o intuito de promover estabilidade e proporcionar maior crescimento e desenvolvimento do País (HELFAND; REZENDE, 2001). A economia brasileira iniciou um processo de liberalização e abertura econômica, de privatização de alguns setores até então dirigidos pelo Estado, bem como de desregulamentação dos mercados internos.

Na década de 1990, a falta de recursos levou à reestruturação do papel do Estado na economia, o que reduziu a participação dele no mercado e demandou ações conjuntas com deferentes níveis do setor privado. Desse modo, o governo passou a transferir parte da responsabilidade das políticas de crédito, e de outras formas de apoio à agricultura, para as instituições privadas; e, em contrapartida, desenvolveu programas específicos que compensassem pequenos e médios agricultores incapacitados de produzir sem apoio financeiro.

A estratégia consistiu em reduzir os subsídios destinados à agricultura comercial, bem como em reservar recursos para a agricultura de base familiar (MENDONÇA DE BARROS, 1998). O propósito era concentrar a ação do Estado nesse subsector da agricultura: segmento que não acompanhou a mudança tecnológica dos últimos anos em razão de sua descapitalização e de sua dificuldade de acesso ao sistema financeiro.

Nesse enfoque, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ganhou importância como mecanismo de desenvolvimento rural cujos fundamentos são a expansão da agricultura, o aumento da produção agrícola e a melhoria da qualidade de vida no meio rural. O programa prevê o apoio às atividades por meio

de financiamento (crédito rural), de melhoria de infra-estrutura e de capacitação profissional.

De forma mais específica, os beneficiários do Pronaf podem ser classificados como integrantes de quatro grupos especiais: A, B, C e D. O grupo A é constituído por agricultores familiares assentados via projetos de reforma agrária; o B é integrado por agricultores familiares, de renda mínima, que são assalariados rurais com estabelecimento rural, ou por famílias com estabelecimento rural, cujas atividades não são, porém, agropecuárias; o grupo C é constituído por agricultores familiares descapitalizados, ou por trabalhadores rurais descapitalizados, os quais exercem atividades não agropecuárias em estabelecimento rural; e o D é formado por agricultores familiares com maior nível de capitalização, os quais exercem atividades não agropecuárias em estabelecimento rural.

A importância estratégica da agricultura familiar³ para a economia agrícola brasileira fundamenta a elaboração de estudos que confrontem as propostas de atuação governamental, nessas novas linhas de crédito, com os resultados obtidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o qual foi elaborado a partir da realidade e das necessidades dos agricultores familiares para subsidiar reformulações necessárias e novas propostas de atuação.

Nessa perspectiva, este estudo buscou analisar as mudanças havidas nas condições econômico-sociais do público atendido pelo Pronaf "B", as quais têm como objetivo específico financiar investimentos produtivos desenvolvidos por homens e mulheres de baixa renda, excluídos das políticas de crédito rural, e possibilitar novas oportunidades de renda e de ocupações produtivas. No caso de Minas Gerais, a experiência do Pronaf "B" tem recebido grande apoio governamental, por meio de serviços da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), e já está em seu terceiro ano de atuação nas regiões do Vale do Jequitinhonha, de Mucuri e do Norte, consideradas

³ De acordo com Guanziroli e Cardim (2000), "os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura".

as mais pobres de Minas Gerais. A cada ano a atuação desse programa vem aumentando o número de beneficiados, embora não tenha sido ainda objeto de avaliação.

A partir dessa proposta de ação governamental, e em parceria com a Emater-MG, analisou-se a evolução de indicadores econômicos e sociais. Nas atividades beneficiadas pelo Pronaf "B", com base na relação Margem Líquida Auferida e Crédito Médio Obtido avaliou-se a capacidade de pagamento do produtor. Selecionou-se, como universo de análise, o Município de Porteirinha, por tratar-se essa de área de maior atuação, tanto em relação a número de produtores atendidos como de recursos disponibilizados nessa linha de microcrédito, do referido programa em Minas Gerais.

Referências analíticas

Indicadores econômicos e sociais

No setor agrícola, as decisões de aplicação de recursos financeiros são especialmente importantes dadas as suas características específicas, dentre as quais podem ser citadas a escassez de capital, a instabilidade de preços, as dificuldades de armazenamento e de comercialização da safra e, ainda, as freqüentes modificações na política agrícola. Apesar das incertezas, decisões são tomadas tanto com referência à aplicação de recursos próprios quanto à utilização de recursos públicos via crédito rural. A decisão sobre a viabilidade de um projeto exige o emprego de regras e de critérios que devem ser obedecidos para que o projeto seja operacionalizado.

A partir do confronto entre a proposta de atuação das políticas governamentais de apoio à produção e a dinâmica de sua atuação ao longo do tempo, é possível analisar os resultados obtidos e o alcance dos objetivos propostos. Com base nesse procedimento analítico, realizou-se neste estudo um acompanhamento dos indicadores econômicos e sociais, procedendo-se a uma avaliação comparativa

de sua evolução por meio de tabelas e de análise de freqüência, e considerando-se a situação dos beneficiários antes e depois da implementação do Pronaf "B".

Os indicadores econômicos considerados foram relacionados à infra-estrutura produtiva: terra, trabalho, capital; exploração agrícola e pecuária; tecnologia de produção; comercialização e crédito. Além desses, foi também considerado o comportamento da renda familiar: indicador econômico de importância fundamental para a análise dos resultados do programa. Os indicadores sociais analisados foram: escolaridade, moradia, saneamento e nutrição/saúde. Com o objetivo de verificar a capacidade do programa em gerar vantagens ou desvantagens fora da unidade de produção, foram analisados aspectos referentes à evolução da participação dos beneficiários no mercado, em associação de produtores, em movimentos cooperativistas ou em outros programas comunitários, como previsto em sua proposta.

Relação margem líquida média/crédito médio

Para avaliação da capacidade de pagamento do beneficiário em relação ao valor financiado, ou seja, à auto-sustentação da atividade financiada, foi utilizado o seguinte indicador:

$$I = \frac{MLM}{COM}$$

em que:

MLM = Margem Líquida Média Auferida, em R\$, e CMO = Crédito Médio Obtido, em R\$.

Esse indicador foi calculado a partir das receitas das atividades que receberam crédito do Pronaf "B", bem como do valor médio do financiamento, no primeiro ano de amortização do crédito obtido (2001) e no último ano pesquisado (2004).

Um valor de $I > 1$ significa que o produtor beneficiado pelo Pronaf "B" obteve receitas suficientes para honrar os seus compromissos em relação ao valor financiado; e, $I < 1$, que o beneficiário não obteve receitas suficientes para cobrir o valor da amortização do financiamento.

Procedimentos analíticos e fontes de dados

Os dados utilizados neste estudo foram de caráter primário, ou seja, obtidos mediante a aplicação direta de questionários semi-estruturados aos produtores rurais, o que caracterizou um método exploratório de pesquisa em que se buscou identificar as vantagens e as desvantagens do programa ao longo do tempo. Os questionários foram aplicados por técnicos da Emater-MG, com base em uma amostragem que levou em consideração a proporcionalidade do número de propriedades rurais, do Município de Porteirinha, beneficiadas pelo Pronaf "B", em um nível de confiabilidade de 90%, o que totalizou uma amostra de 62 famílias beneficiadas.

Resultados

Caracterização do Município de Porteirinha e dos beneficiários do Pronaf B

De acordo com dados da Emater-MG, o Pronaf "B" beneficiou 165 municípios e 82.126 produtores rurais localizados nas regiões do Vale do Jequitinhonha, de Mucuri e do Norte de Minas. De 2000 a 2004, o valor total dos recursos liberados foi de, aproximadamente, R\$ 64 milhões, o que equivale a uma média de R\$ 788,00 por produtor.

Dessas regiões, Porteirinha foi o único município a ser beneficiado desde o primeiro ano, ou seja, desde 2000, e esse foi um dos critérios de sua seleção para objeto desta pesquisa. Localizado no Norte de Minas Gerais,

com uma área de 1.812,5 km² e uma população de 38.081 habitantes, Porteirinha tem como principais atividades econômicas a agropecuária, extrativa vegetal; a pesca; a indústria e o comércio de mercadorias e serviços. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), apesar de o setor agropecuário absorver o maior número de seus habitantes o setor de serviços é o que gera maior Produto Interno Bruto, 67,75%, para esse município.

As principais atividades pecuárias desenvolvidas nas propriedades beneficiadas pelo Pronaf "B" são: suinocultura, bovinocultura de leite e bovinocultura de corte, de caráter não comercial, ou seja, não voltadas, primordialmente, para o mercado, e sim para o autoconsumo, com a eventual comercialização de excedentes produtivos. Embora algumas culturas se destaquem pela importância relativa, observa-se em Porteirinha a prática de diversificação em quase todas as propriedades, prevalecendo, portanto, o sistema de policultura, com caráter predominante de subsistência. Os principais produtos são: milho, feijão, mandioca, cana, café, arroz, algodão, sorgo e amendoim.

Os resultados mostraram que, nas propriedades beneficiadas pelo Pronaf B, os produtores dedicam-se à atividade rural há muitos anos. Cerca de 33,9% das famílias têm entre 16 e 25 anos de trabalho rural; 22,6% entre 26 e 35; e 21% entre 36 e 45; ou seja, há 30 anos, em média, 77,5% das famílias de Porteirinha estão envolvidas na atividade agrícola – o que, no que se refere à subsistência, reflete de certa forma a dependência delas para com o meio rural – e desenvolvem uma agricultura familiar de baixa capitalização, o que comprova a importância de um programa de apoio como o Pronaf.

Quanto ao número de membros da família que residem na propriedade e se dedicam à atividade agropecuária, esse é, em média, de quatro pessoas em 30,6%; de cinco pessoas em 25,6%; e de três pessoas em 16,1%. Há, assim, disponibilidade relativa de mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades agrícolas, que

é a principal fonte de renda da região. Essa importância da agricultura como meio de subsistência das famílias rurais de Porteirinha consolida o fato de a disponibilidade de crédito rural ser fundamental para a ampliação da renda de seus produtores, mantendo-os ligados à atividade rural de forma produtiva.

Evolução dos indicadores econômicos e sociais

No que se refere aos fatores de produção: terra, trabalho e capital, em termos gerais pode-se definir o público objeto desta análise como uma categoria de produtores que explora, intensivamente, a pouca terra de que dispõe, utilizando, ao máximo, a mão-de-obra familiar. Há grande escassez de capital, e os recursos produtivos utilizados na produção agropecuária são rudimentares e tradicionais.

No período analisado, foram observadas pequenas variações no uso da terra e do trabalho, as quais não podem ser relacionadas com a atuação do programa, senão como uma evolução e realocação natural do processo produtivo ao longo do tempo, em razão de condições de preço, de comercialização e de outras variáveis que afetam a decisão dos produtores e, conseqüentemente, a área plantada em cada ano agrícola.

O capital empregado na condução das atividades é precário, constituído de ferramentas manuais e de equipamentos básicos, de condições que limitam a ampliação da produção e, conseqüentemente, uma comercialização mais competitiva. Da mesma forma, no caso da criação de animais prevalece um manejo inadequado e de baixo nível tecnológico, com pequenas possibilidades de engajamento numa produção comercial por falta de mais e maior investimento direcionado à realidade local.

Quanto ao desempenho da exploração agrícola numa área de intervenção governamental, pode-se concluir que há mais tendência à conservação do que a mudanças nas práticas e nos comportamentos, resultados esperados, por ser

um programa com pouco tempo de atuação, com recursos de pequeno valor médio e, principalmente, por não ter sido, nesse caso, direcionado à atividade agrícola, e sim à pecuária. Foram observados pequenos acréscimos na produtividade da pecuária leiteira, da avicultura e da suinocultura, os quais podem ser relacionados à atuação do programa, uma vez que o microcrédito foi direcionado a essas atividades.

Quanto à infra-estrutura social, o quadro não difere muito do encontrado para a infra-estrutura de produção. O nível de escolaridade é muito baixo, visto que 43,6% dos produtores freqüentaram apenas um ano de escola. As condições das habitações são também muito deficientes. Só 4,8% do total de casas têm água encanada; apenas 19,4% possuem energia elétrica; e somente 1,6% contam com instalação sanitária. No caso do saneamento, em 50% do total das casas o desembocamento das águas ocorre a céu aberto.

A avaliação do estado nutricional e de saúde envolve um acompanhamento mais aprofundado e sistemático, o qual engloba levantamento de hábitos alimentares e histórico de doenças e de endemias. Assim, com base na percepção dos beneficiários optou-se apenas por verificar se a atuação do Pronaf, embora tal programa não tenha proposta direta de intervenção nesse aspecto, impulsionou alguma melhoria nas condições de saúde e de nutrição dos beneficiados. No que se refere à saúde, 66,1% dos entrevistados revelaram não ter havido alteração nas condições, e 29% informaram que o aumento da renda familiar proporcionou conseqüente melhoria nas condições de saúde. Especificamente em relação aos hábitos alimentares, foram identificadas as seguintes melhorias nas condições de alimentação: 37% de aumento no consumo de leite; 29% no consumo de carne suína; 12,9% no consumo de carne bovina; 6,5% no consumo de carne de frango e de ovos; e 9,7% outras melhorias: todas elas relacionadas às atividades incrementadas, na propriedade, com a utilização do microcrédito do Pronaf B. Verifica-se, assim, que na medida em que o programa proporciona ampliação da produção, da produtividade e da renda, ou seja,

das condições econômicas, as melhorias nas variáveis sociais podem surgir como consequência.

No que se refere à análise da participação, no mercado, do associativismo e do cooperativismo, como efeito indireto do programa, foram observadas as seguintes situações: a produção é comercializada com o agente mais próximo, e os preços nem sempre são previamente conhecidos, ocorrendo, com isso, pequenas margens de lucro. A inexistência de precondições para uma comercialização mais rentável, como aquela feita em armazéns, em postos de venda e em feiras, assim como da prática de compra e venda comuns, são fatores limitativos.

Não se verificou, tampouco, entre os beneficiários do programa, um processo de organização formal mais consolidado, o qual pudesse dar suporte e facilitar a comercialização. A maioria dos processos por eles adotados está vinculada a formas associativas informais, com organizações incipientes que apenas atendem às atividades específicas como compra e venda, sem um trabalho de mobilização mais engajado.

Como evidenciado pelos resultados, o Pronaf "B" não trouxe grandes mudanças para os beneficiários, a não ser pequenas alterações ainda pouco significativas em termos de um salto qualitativo em sua realidade. Por ser uma situação historicamente estagnada, a alteração de suas condições socioeconômicas exige intervenções mais profundas e prazo de atuação maior. Mudanças efetivas nessa realidade requerem, assim, atuação de programas de apoio mais amplos e permanentes, que possam propiciar melhorias tecnológicas na infra-estrutura produtiva e melhores condições de comercialização, de forma que gerem benefícios econômicos e, conseqüentemente, sociais, para o público beneficiado.

Comportamento da renda familiar

Um dos pressupostos básicos das políticas de apoio à produção consiste em promover alterações positivas na renda família, as quais possam refletir melhorias generalizadas nas

condições de produção e na qualidade de vida dos pequenos produtores. Dessa forma, o comportamento da renda das unidades de produção torna-se o indicador mais importante dos resultados das ações do programa.

Ao contrário dos grandes proprietários, que perseguem maior lucro médio, a produção familiar visa, primordialmente, à manutenção permanente da propriedade rural. Desse modo, a renda monetária mantém-se sempre baixa, sem um padrão de acumulação estável, o que se deve às especificidades e à racionalidade interna da pequena produção, com limitações estruturais e conjunturais que abrangem seu modo de produção e sua vivência social.

A renda da exploração agropecuária destaca-se na composição das atividades produtivas beneficiadas pelo Pronaf "B", e há também pequenos excedentes comercializáveis, os quais não se sobrepõem, porém, a uma produção de subsistência: seu objetivo básico.

A principal fonte de renda das famílias rurais beneficiadas pelo Pronaf "B" baseia-se em atividades relativas à agricultura, ou seja, 91,9% das propriedades têm, na agricultura, a base da composição da renda. Em 72,5% das propriedades, cerca de cinco pessoas da família moram na propriedade e têm a atividade agrícola com fonte de renda e de sustento da família. Os resultados revelaram, ainda, que em 66,1% das famílias, aproximadamente, há em média três pessoas sem renda; e, em 12,9%, cinco. O que ocorre, em geral, é que o chefe da família fica com a remuneração do trabalho e se encarrega das despesas correntes.

Em síntese: a análise da composição da renda das famílias revela que a principal fonte de renda é a agrícola, e só em poucos casos membros da família trabalham no comércio, ou em outras atividades, e obtêm renda complementar.

Em relação ao comportamento ao longo do tempo, não se observou mudança nos itens diferenciadores de fonte de renda, ou seja, as pequenas mudanças ocorridas nas propriedades, ao longo do tempo, não fizeram variar essa composição. Contudo esse resultado era esperado, uma vez que as políticas de apoio à

produção têm o objetivo de fixar e de ampliar a renda agrícola, e não de diversificá-la ou de direcioná-la para outros setores.

Outro fator que demonstra a importância das políticas de apoio à produção da agricultura familiar é a capacidade delas em alterar a faixa de renda familiar mensal obtida na atividade agrícola. No caso do Pronaf "B", 83,9% dos beneficiários percebiam uma renda que equivalia, em média, a um salário mínimo; e 12,9% uma renda equivalente, em média, a um valor variável de um a dois salários mínimos. Em 2004, verificou-se alteração nesses percentuais, que então passaram a representar 74,2% e 21,0%, respectivamente.

Embora pequeno, isto é, variável de R\$ 500,00/ano a R\$ 1.000,00/ano, o valor médio do empréstimo possibilita, a cada ano, a ampliação das atividades, e chega até mesmo a gerar mudanças, as quais ainda são, porém, pouco significativas para produzir um salto quantitativo na renda média familiar. A despeito de não se poder considerar um novo patamar compatível com as necessidades de uma produção para o mercado, sinaliza-se uma possibilidade, nessa direção, a partir da manutenção e da ampliação desse apoio governamental.

O financiamento do Pronaf B

A facilidade de obtenção de crédito é o motivo pelo qual 56,5% dos beneficiários utilizaram as linhas de crédito disponibilizadas pelo programa; 22,6% acreditaram na possibilidade de melhoria das atividades desenvolvidas em suas propriedades, e 11,3% adquiriram o crédito como forma de obter uma oportunidade para a introdução de nova atividade em sua propriedade. Constatou-se que 88,7% dos entrevistados não tiveram dificuldades em utilizar o crédito rural, o que demonstra que as linhas oferecidas pelo programa são acessíveis. Essa pode ser considerada uma característica fundamental para uma política de apoio a uma

categoria de produtores que não têm o hábito de lidar com agentes financeiros, burocracia e outras questões dessa natureza, as quais acabam por afastá-los dos programas colocados em prática.

Quanto às orientações técnicas previstas na política de crédito rural do Pronaf, 90,3% dos agricultores familiares informaram tê-las recebido do presidente da associação de produtores, e, desses, 80,6% afirmaram que tais orientações foram suficientes e satisfatórias.

Na opinião de 40,3% dos entrevistados, a política de crédito rural é útil, adequada e eficiente, mas 16,1% deles afirmaram que a documentação exigida é complicada e exige tempo para que seja providenciada, o que atrasa o processo de liberação do recurso. Cerca de 14,5% dos entrevistados afirmaram que a política de crédito teria mais utilidade se o valor do empréstimo liberado fosse maior, ou seja, se o recurso total disponível fosse superior a R\$ 1.000,00/ano, fato que demonstra a real necessidade de capital financeiro para aqueles que pretendem ampliar sua produção ou introduzir nela uma nova atividade.

Relação margem líquida média/crédito médio obtido

Quanto à elevação de renda e ao impacto no desenvolvimento econômico, como já demonstrado o Pronaf "B" não apresentou resultados relevantes, senão mudanças pequenas e localizadas. Essa realidade limitou a mensuração da relação benefícios e custos do programa como forma de avaliar sua eficiência e eficácia.

No entanto, a partir da relação *margem líquida média auferida*⁴ e *valor do crédito médio obtido* foi possível verificar a capacidade de pagamento, do beneficiário, referente ao financiamento por ele obtido, o que estaria representando sua auto-suficiência.

⁴ Considerou-se a margem bruta como a diferença entre renda bruta e custo operacional efetivo (gastos com concentrados, mão-de-obra, medicamentos e outros que implicam desembolso), e margem líquida como a diferença entre margem bruta e custo operacional total, que inclui mão-de-obra familiar e depreciação de máquinas e benfeitorias (GOMES, 2003).

A análise e a comparação desse indicador, em 2001 e em 2004, permitiram avaliar a possibilidade de o empréstimo ser amortizado com receita da própria atividade, e sua evolução, e de criar uma perspectiva de retorno na hipótese de manutenção do programa.

As Tabelas 1, 2 e 3 mostram os resultados obtidos com bovinocultura de leite, avicultura e suinocultura; atividades para as quais foram direcionados recursos do Pronaf "B".

O cálculo da receita líquida média baseou-se na receita bruta média, descontado o custo médio de cada atividade. Esse custo foi estimado a partir de percentuais da receita bruta conforme indicação de especialistas da área⁵, levando-se em consideração a forma como a atividade é conduzida na região, ou seja, com baixa tecnologia e infra-estrutura incipiente principalmente para criação de aves e de suínos. Para cada atividade foram considerados dois percentuais, isto

é, duas possibilidades de desconto na margem bruta para o cálculo da margem líquida: bovinocultura de leite, 60% e 65%; avicultura, 20 e 25%; e suinocultura, 30 e 35%.

No cálculo do valor das amortizações anuais representativas do desembolso anual dos beneficiários, foram consideradas as condições definidas para o Pronaf B, a saber: carência de um ano e taxa de juros de 1% a.a. Assim, partindo-se de um valor médio de financiamento de R\$ 500,00 foram obtidas as seguintes parcelas anuais de pagamento: primeira parcela, de R\$ 126,25, paga em 2001; segunda, de R\$ 127,51, paga em 2002; terceira, de R\$ 128,79, paga em 2003; e, a última, de R\$ 130,08, quitada em 2004, as quais perfazem um valor total pago pelo produtor, em quatro anos, de R\$ 512,63. Como estão sendo comparados valores de 2001 e de 2004, só as a primeira e a quarta parcelas foram utilizadas para compor as Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1. Bovinocultura de leite: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004.

Ano	Margem bruta (a)	Margem líquida		Amortização (d)	Relação	
		(b) 60%	(c) 65%		(b/d)	(c/d)
2001	1.281	494	448	126	3,9	3,5
2004	1.385	554	485	130	4,2	3,7

Tabela 2. Avicultura: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004.

Ano	Margem bruta (a)	Margem líquida		Amortização (d)	Relação	
		(b) 20%	(c) 25%		(b/d)	(c/d)
2001	112	90	84	126	0,7	0,7
2004	144	116	120	130	0,8	0,9

Tabela 3. Suinocultura: margem bruta, margem líquida, amortização do financiamento e relação margem líquida/amortização, em reais de 2004.

Ano	Margem bruta (a)	Margem líquida		Amortização (d)	Relação	
		(b) 30%	(c) 35%		(b/d)	(c/d)
2001	151	106	98	126	0,8	0,8
2004	291	204	189	130	1,6	1,5

⁵ Esses especialistas referem-se a profissionais que dão assistência, a produtores, nas três atividades consideradas, os quais detêm conhecimentos técnicos dos custos médios de produção de acordo com o nível tecnológico adotado em cada uma.

Em todas as três atividades pode-se verificar que ocorreu, de 2000 para 2004, elevação da margem bruta. Apesar de o valor médio anual das receitas ser pequeno, foram observados acréscimos importantes, especialmente para a criação de suínos, cuja margem bruta passou de R\$ 151,00 para R\$ 291,00, o que representou um acréscimo de 92,8%.

No caso da bovinocultura de leite e da avicultura, os respectivos acréscimos foram de 8,1% e 29,0%, quando as margens brutas aumentaram de R\$ 1.281,00 para R\$ 1.385,00, e de R\$ 112,00 para R\$ 144,00, respectivamente.

Os resultados da relação receita líquida auferida e crédito médio obtido mostraram que esse indicador só foi superior à unidade no ano de 2001, para a atividade bovinocultura de leite, o que, além de revelar capacidade de pagamento e de auto-suficiência dessa atividade, desde o primeiro ano, indica que a renda dela é suficiente para cobrir os custos representados pelo crédito obtido.

Em 2004, no entanto, a relação foi superior à unidade também para suinocultura, e próxima da unidade para a avicultura, o que indica progressão no sentido de atingir-se um patamar superior ao anterior no que se refere a melhores condições de remuneração e de capacidade de pagamento.

Na análise desses resultados, é ainda importante ressaltar o fato de, mesmo nos casos em que foram inferiores à unidade, mostrando valores de amortizações anuais inferiores à margem líquida, os indicadores situarem-se muito próximos de um, além de apresentarem tendência crescente, o que pode ser traduzido em perspectivas otimistas em relação ao retorno do recurso aplicado pelo Pronaf. Isso significa que, apesar de liberar recurso de valor pequeno, de pequena abrangência em termos de atividade e de número de produtores, e de não ter ainda se consolidado no tempo, o programa apresenta capacidade para produzir mudanças, e pode ser caracterizado como uma proposta de apoio, à produção, que deve ser mantida e ampliada.

Conclusões

Como evidenciado pelos resultados, o Pronaf "B" não trouxe grandes mudanças para os beneficiários, senão pequenas alterações ainda pouco significativas em termos de um novo patamar qualitativo em sua realidade. Por tratar-se de uma situação historicamente estagnada, alterar as condições socioeconômicas dos beneficiários exige intervenções mais profundas, tais como políticas contínuas de apoio, especialmente direcionadas à melhoria da infra-estrutura de produção e da comercialização, as quais possam ir além de ações pontuais e localizadas. A partir do cálculo da relação margem líquida média e crédito médio obtido, bem como da análise de sua evolução, foi possível verificar a capacidade de pagamento do beneficiário em relação ao financiamento recebido e, a partir daí, criar uma perspectiva de maior retorno das atividades beneficiadas. Constatou-se que, em todas as três atividades que receberam crédito: bovinocultura de leite, avicultura e suinocultura, houve, de 2001 a 2004, elevação dessa relação. No entanto, o valor médio de cada receita foi pequeno, e a referida relação só foi superior à unidade, nos dois anos, para a bovinocultura de leite, o que indica que essa atividade é capaz de gerar receita suficiente para cobrir custos representados pelo crédito obtido. Em 2004, para a suinocultura a relação também foi superior à unidade. O que se pode ressaltar, no entanto, é o fato de esse indicador, nos demais casos, ser próximo da unidade e apresentar sempre tendência de crescimento: resultado importante tanto para as perspectivas do programa como para a defesa de sua manutenção e ampliação.

Referências

BUANAIN, A. M. **Trajetória recente da política agrícola brasileira**. Campinas: Núcleo de Economia Agrária-Unicamp, 1997. (Relatório de Pesquisa - Projeto UTF/FAO/036/Brasil).

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985. 240 p.

DIAS, G. L. S.; AMARAL, C. M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 223-253.

GOMES, S. T. **O agronegócio do leite**. Belo Horizonte: Sebrae: Faemg, 2003. 99 p.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: Incra, 2000. 74 p. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Coord.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2001. p. 247-301.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 out. 2002.

MENDONÇA DE BARROS, J. R. (Org.). **Agricultura e estabilização no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda: Embrapa, 1998. 182 p.

